

## Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador\*

Mary Del Priore<sup>1</sup>

A cena é clássica: ao final da graduação em História, o professor sugere um trabalho de final de curso. O rosto de alguns alunos se ilumina. O de outros, fecha-se numa interrogação. Como lidar com documentos primários, como frequentar arquivos e selecionar fontes, enfim, como fazer história? – perguntam-se alguns deles. Para responder a estas questões gostaria de começar por uma pergunta aparentemente simples, mas que segue nos interpelando. O que é história? Resposta simples: história é o que faz o historiador. Como já disse Antoine Prost<sup>2</sup>, a disciplina chamada História não é uma essência etérea, uma idéia platônica. É uma realidade histórica situada no tempo e no espaço, feita por homens que se dizem historiadores e reconhecidos como tais, recebida e apropriada como história por um público variado. Não existe uma história *sub spécie aeternitatis*, cujas características atravessariam imutáveis as vicissitudes do tempo, mas produções diversas que os contemporâneos de uma determinada época se acordam em considerar história. Isto quer dizer que antes de ser uma disciplina científica, como pretende ser e até certo ponto é, a História é uma prática social.

Essa asserção pode tranquilizar o historiador que, como nós, toma a decisão de refletir sobre sua disciplina; ela o remete àquilo a que está acostumado a fazer: o estudo de um grupo profissional, de suas práticas, de sua evolução. Há vários grupos de historiadores que invocam tradições, constituem escolas, reconhecem regras constitutivas de seu ofício comum, respeitam uma deontologia, praticam ritos de incorporação e exclusão. Homens e mulheres que se dizem historiadores e que possuem a consciência de pertencer a uma comunidade, fazem história para um público que os lê ou os escuta, os discute e os acha importantes, por vezes interessantes. Historiadores são também movidos pela curiosidade intelectual, o amor da verdade, o culto da ciência, mas o seu reconhecimento social, assim

---

\* *Territórios e Fronteiras*: Revista de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, v. 3, n. 1 jan – jun 2002.

<sup>1</sup> Coordenadora Geral de Pesquisa e Difusão da Informação do Arquivo Nacional.

<sup>2</sup> PROST, Antoine. *Douze leçons d'histoire*. Paris: Seuil, 1996. Empréstimo deste autor várias das questões que serão aqui tratadas.

como o seu salário, depende da sociedade que acorda um *status* e uma remuneração. Um duplo reconhecimento, o dos pares e do público, consagra o historiador como tal. Eis porque o discurso historiográfico dos historiadores emana de uma história indissociável social e cultural.

Tudo que os historiadores de uma época ou de uma escola dizem de sua disciplina exige uma dupla leitura: num primeiro nível a leitura remete ao conceito de história definido pelo autor; num segundo nível, atenta para tal definição, ela remete a um contexto intelectual e político onde o método utilizado pelo autor se explica. Um exemplo: *Novo Mundo nos trópicos*, de Gilberto Freyre<sup>3</sup>. Num primeiro nível refere-se a uma interpretação do Brasil, destacando a questão do mulatismo e da tropicalidade. Num segundo, é um debate em vários níveis contra a centralização do poder exigida pela ditadura Vargas, uma crítica ao modernismo cosmopolita proposto pelos paulistas, uma reação contra a invasão cultural americana. As duas leituras mostram que não apenas o historiador é debitário daqueles que o precederam e de seus contemporâneos, mas que ele debate em relação a outros grupos científicos pela dominação do campo social e científico<sup>4</sup>. Sendo assim, fica claro que a história é uma prática social antes de ser uma prática científica, ou melhor, porque sua ambição científica é também uma forma de tomar posição na sociedade, a epistemologia da história<sup>5</sup> é ela também parte desse processo que descrevemos.

Parte integrante desta prática é a pesquisa histórica. Esta – como ensina José Honório Rodrigues<sup>6</sup> – é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, sua incorporação ao escrito ou narrativa histórica ou a revisão e interpretação nova da História.

A expressão é de origem espanhola, significando uma atividade de atuação probatória no sistema processual medieval com o fim de obter provas num caso controvertido. O trabalho de indagação – *inquisito*, *pesquisia* – se praticava por *fieles exquisitores* ou pesquisadores nomeados pelo próprio tribunal. A evolução posterior do

---

<sup>3</sup> FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

<sup>4</sup> No caso, Gilberto empresta de Unamuno uma série de teses para discutir as fronteiras brasileiras e a importância da regionalização, e de Franz Boas, alemão imigrado nos EUA, a idéia de que não se estuda raça, como queria a antropologia física do século XIX, mas cultura e, dentro da cultura aquilo que lhe dá lógica própria e autonomia.

<sup>5</sup> O conjunto de conhecimentos que tem por objetivo o conhecimento científico.

<sup>6</sup> RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC, 1978 (a primeira edição é de 1952), p. 21.

processo de administração da justiça por introdução do direito romano na Península Ibérica<sup>7</sup> fez desaparecer a pesquisa no processo civil, conservando-a apenas no processo criminal. O triunfo do processo inquisitorial na Baixa Idade Média e da centralização administrativa fez com que a pesquisa se tornasse um processo de atuação dos órgãos judiciais supremos em assuntos de interesse público. Desde então, os soberanos, especialmente os de Castela, ordenavam pesquisas nas povoações feitas pelos alcaides pesquisadores, e se impunha aos juízes ordinários fazer pesquisa de todos os delitos cometidos nas suas jurisdições.

Na Espanha e nos países hispano-americanos, o vocábulo não foi empregado na indagação histórica, preferindo-se a palavra investigação, formada de forma erudita da palavra investigar, isto é, seguir vestígios. No Brasil, nos começos do chamado Instituto Histórico e Geográfico não se empregou nem “investigar” nem “pesquisar”. Seus primeiros documentos utilizam, em 1839, as palavras “metodizar e coligir” para referir-se à necessidade de mandar vir de Portugal os manuscritos afeitos à nossa história. Rodrigues diz também que muitos provavelmente por influência inglesa a palavra *research* passou a ser traduzida e incorporada ao cotidiano do historiador. Diferentemente da época em que o grande historiador publica seu *A pesquisa histórica no Brasil*<sup>8</sup> (1952), em que pouco se fazia pesquisa, ela é, hoje, amplamente adotada. Inúmeros cidadãos frequentam as instituições eruditas em busca de informações e o ensino universitário tornou-se um grande propulsor da ação de pesquisadores<sup>9</sup>.

Dentro da pesquisa histórica vamos nos deparar com o que durante muito tempo se constituiu em sua âncora: o fato e a crítica histórica. Se existe uma convicção bem enraizada na opinião pública é a de que onde há história, há fatos; e que é preciso conhecê-los. Essa convicção está na base, inclusive, das críticas e contestação de vários programas de história, exprimindo-se na exclamação habitual: “mas os alunos não sabem nada!”. Em história há coisas a saber, e tais coisas são fatos e datas. Para o grande público a história não passa de um esqueleto constituído de datas e memorizar. Para ele, aprender de cor é aprender história.

---

<sup>7</sup> Em Portugal, desde Afonso III (1248-1279).

<sup>8</sup> RODRIGUES, *op. cit.*

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 23.

Percebe-se aqui a diferença maior entre ensino e pesquisa, entre a história que se expõe didaticamente e aquela que se elabora. No ensino os fatos são fatos. Na pesquisa é preciso construí-los.

Tal como aprendemos em muitas salas de aula, a história procede em dois tempos: primeiro conhecer os fatos. A seguir, explicá-los, amarrando-os num discurso coerente. Essa dicotomia entre o estabelecimento dos fatos e sua interpretação foi teorizada, no final do século passado, pela escola “metódica” e notadamente por Langlois e Seignobos<sup>10</sup>. Ela estrutura uma obra, hoje clássica como monumento de época, *Introdução aos estudos históricos* (1897), citada por todos os teóricos. Os autores franceses não consideram os fatos como fatos. Eles passam bastante tempo a explicar quais regras devem rigorosamente ser seguidas para construí-los. Mas, no seu espírito, assim como no da escola metódica que eles formalizaram, uma vez construídos, os fatos são definitivos. Donde a divisão de trabalho em dois tempos e em dois grupos profissionais: os pesquisadores – ou seja, os professores universitários – estabelecem fatos; os professores de escola os utilizam. Os fatos são como pedras com as quais se constroem os muros da história, ajudando, segundo Seignobos, a descartar mitos e anedotas<sup>11</sup>.

A importância então acordada ao trabalho de construção dos fatos se explica por uma preocupação central: como dar ao discurso do historiador um estatuto científico? Como assegurar que a história não é uma cadeia de opiniões subjetivas que cada um poderia ou não aceitar, mas expressão de uma verdade objetiva que se impõe a todos?

Colocada há mais de cem anos, a questão não pode ser considerada supérflua, inútil ou caduca<sup>12</sup>. Basta lembrar o papel do historicismo negacionista na França e Alemanha para compreender como o tema ainda é importante. Ora, dentro do discurso do historiador fatos são o elemento duro, são o que resiste à contestação. A preocupação com os fatos é também a da administração da prova, assim como está indissociável da referência. Daí o uso obrigatório de notas de rodapé, capazes de explicitar o saber contido, reunido sobre tal e qual fato mencionado pelo historiador. Não se pode pedir que o leitor acredite na palavra do historiador, daí as notas, graças às quais o autor dá ao leitor a oportunidade de verificar

<sup>10</sup> LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1897.

<sup>11</sup> Excelente síntese sobre a escola metódica encontra-se em BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1983.

<sup>12</sup> Empréstimo a Antoine Prost suas idéias, especialmente as do capítulo IV, “Les questions de l’historien” (Prost, *op. cit.*, p. 79-99).

o que ele está dizendo. Da escola metódica à Nova História, notas são uma regra comum da profissão. Em *Apologia da História*, Marc Bloch faz um elogio às notas, apresentando-as como “força da razão” contra a subjetividade do historiador<sup>13</sup>.

A idéia da busca pelo historiador de certa “verdade objetiva” extraída dos fatos repousa sobre uma vasta discussão que não vamos explorar totalmente; importante é reter que historiadores renegam informações sem provas, para evitar simplismos, forjando uma base essencial para o seu trabalho: nenhuma afirmação sem provas, ou melhor, não há história sem fatos. O problema passa a ser outro: como estabelecer fatos ? Que procedimento seguir ? A resposta reside no chamado método crítico que remonta ao *De Re Diplomática*, de Mabillon (1681)<sup>14</sup>. A princípio julgava-se necessário construir fatos sobre documentos escritos. Embora o campo do historiador tenha alargado o repertório documental, a maior parte dos historiadores continua a trabalhar com esse tipo de fonte, sem desqualificar as demais. Como diz bem Arlette Farge, os historiadores se reconhecem no “gosto pelo Arquivo”. E tal gosto, responsável pela valorização do documento, incita Farge a ponderar que:

*O gosto pelo arquivo passa por um gesto artesanal, lento e fecundo, graças ao qual copiam-se textos, parte após parte, sem transformar nem forma, nem ortografia, nem mesmo a pontuação. Sem pensar muito. Mas, pensando nisso o tempo todo. Como se ao fazê-lo, a mão permitisse ao espírito tornar-se cúmplice e simultaneamente estrangeiro ao tempo e a estes homens que se contam.*<sup>15</sup>

A seguir, confronta-se o documento escolhido a tudo que se conhece sobre o período e o tema. Essa forma de crítica é histórica em si, pois ela afina e aprofunda o que já se sabe. Vejamos como. Através da crítica externa ao documento o historiador deverá estar atento a suas características materiais: tipo de papel, de tinta, selo. A crítica interna remeterá à coerência do texto, à compatibilidade entre data e fatos. Medievalistas, por exemplo, sofrem com documentos apócrifos. Daí a importância das disciplinas auxiliares.

---

<sup>13</sup> BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou meter d'historien*. Paris: Armand Collin, 1960.

<sup>14</sup> Marc Bloch via no ano de 1681 “ uma grande data na história do espírito humano”. O beneditino Dom Mabillon é o primeiro a elaborar uma erudição metódica, servindo-se de dicionários, numismática e epigrafia, para fazer uma história sem preconceitos contra a Igreja> Ver L'histoire érudite de Mabillon a Fustel de Coulanges”, Em Bourd é Martin, *op. cit.*, p. 126-155.

<sup>15</sup> FARGE, Arlete. *Lé goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989, p. 25.

A paleografia revela se a grafia de um documento corresponde ao período. A diplomática, se as convenções às quais ele se prende são pertinentes (como começavam, como estavam dispostos, como se designava o signatário). A epigrafia, as regras segundo as quais se dispunham os túmulos na Antiguidade. Enfim, assim armada, a crítica permite distinguir um documento verdadeiro de um falso<sup>16</sup>.

Mais além, o historiador deve submeter o documento à crítica da sinceridade e da exatidão. Através desta o historiador dará atenção às palavras utilizadas, às repetições, às lacunas, e seguindo de perto a construção das frases ele encontrará aí uma representação, uma mentalidade, uma idéia. Independentemente de o texto ser um testemunho sincero, é preciso não se enganar sobre seu sentido. Daí a importância de outra crítica, a da interpretação. Termos ou conceitos que parecem transparentes e o são. Marc Bloch chegou a sugerir que se incluísse a lingüística como disciplina auxiliar de história. Um exemplo: a palavra “burguês” não designa a mesma coisa num texto medieval, num manifesto romântico ou no texto de Marx. “Polícia” é outro termo usado equivocadamente por um historiador brasileiro para designar outras coisas que não era no século XVIII: civilidade.

As regras da crítica, ao contrário do que parecem, nada têm de artificial. Achar que são prescindíveis é falso. As regras da crítica e da erudição, a obrigação de dar referências, não são as mesmas arbitrarias. Elas, em primeiro lugar, distinguem o historiador do romancista; elas têm por função educar o olhar que o historiador tem sobre o documento. É uma atitude não espontânea que ajuda o historiador a formar-se no seu ofício. Essa atitude é tão mais importante quanto a história é o conhecimento através de restos, ou como diz J. Cl. Passron, “um trabalho sobre objetos perdidos”. Ela decorre de análise sobre “vestígios solidários com contextos não diretamente observáveis”, como explica Bloch. Normalmente, tais vestígios são documentos escritos: arquivos, periódicos, livros; mas podemos pensar também em objetos materiais: moedas, um pedaço de cerâmica funerária, a bandeira de um sindicato, utensílios de trabalho. Não importa. O historiador efetua um trabalho sobre as marcas e os restos para reconhecer os fatos. Esse trabalho é constitutivo do fazer-história.

Compreende-se melhor o que é um fato histórico: ele é o resultado do raciocínio feito a partir de restos e indícios, segundo as regras da crítica.

---

<sup>16</sup> Nos próximos parágrafos resumo idéias de Prost, *op. cit.*, especialmente o capítulo III, “*Les faits et la critique historique*”, p. 55 *passim*.

Mas não só; neste raciocínio reside o X do problema: a questão. Se não há fatos, também não há história sem questão, ou melhor, o problema. O problema tem um lugar decisivo na construção da história. A história não se define pelo seu objeto, nem pelos documentos que lhe permitem reencontrar o fato, mas pela pergunta, o problema que é colocado aos documentos. Podemos e fazemos a história de tudo: do amor à morte, da vida material, técnicas, arte, instituições, emoções, paisagem etc. Mas é a questão que ajuda a recortar um objeto original no universo sem limite dos fatos e dos documentos possíveis. Do ponto de vista epistemológico, ela preenche uma função fundamental, no sentido etimológico, pois ela funda e constitui o objeto histórico. Como dizem os historiadores franceses: uma história vale o que vale sua questão.

Tal questão não é ingênua: ninguém se pergunta sobre o sentimento face à natureza do homem de Cro-Magnon, pois esta é uma questão ociosa por falta de traços. Objetivo, Robin Collingwood, em seu *The Idea of History*, diz que cada vez que um historiador se coloca uma questão, ele já intui como respondê-la<sup>17</sup>. Não há, então, documento sem questão. É a questão que, instaurada pelo historiador, erige os restos do passado em fontes históricas. O documento sozinho, isolado, não existe se não houver intervenção da curiosidade do historiador. Collingwood resume por uma frase definitiva: “Everything in the world is potential evidence for any subject whatever”. Tudo poder servir na condição de que o historiador seja capaz de interpretar. O início de uma pesquisa não é a contemplação de fatos brutos, mas o fato de se colocar uma questão que deslança o processo de coleta de informações capazes de respondê-la na forma de um raciocínio autenticamente histórico; caso contrário isso não passa de uma curiosidade. Dizer que uma questão pode ser colocada significa que ela tem um laço, uma ligação lógica com produções anteriores. Na condição, insisto, na condição de que o historiador saiba como utilizar esta conexão, este laço, Lucien Febvre já dizia que a parte mais apaixonante do trabalho do historiador é fazer falar as coisas mudas<sup>18</sup>.

Tais coisas mudas podem ser tudo: documentos escritos, mas também, diz ele, paisagens, telhas, formas dos campos e ervas daninhas, tudo o que, pertencendo ao homem, vem do homem, serve ao homem, exprime a presença humana na ausência de documento escrito. Historiador deve fabricar seu mel.

---

<sup>17</sup> Ver COLLINGWOOD, Robin. *The idea of History*. Londres: Clarendon Press, 1946.

<sup>18</sup> Ver FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Collin, 1953.

O primado da questão sobre o documento tem duas conseqüências:

- 1) não se pode fazer jamais a leitura definitiva de um documento. O historiador não esgota jamais um documento; ele pode interrogá-lo com outras questões ou fazê-lo falar com outros métodos. Uma denúncia do Santo Ofício da Inquisição, por exemplo, a despeito de sua exigüidade, permite fazer um retrato sociológico dos diferentes grupos sociais: suas crenças, atividades profissionais, mobilidade geográfica. Vê-se, aí, o papel fundamental da questão na construção do objeto histórico.
- 2) a solidariedade indissociável entre a questão, o documento e o procedimento de tratamento desse último explica que a renovação do questionamento leve à renovação dos métodos. À medida que o historiador coloca novas questões, ele cria novos cenários históricos, que, por sua vez, levam a novas questões, numa bola de neve. Passamos de documentos escritos no século XIX aos documentos da cultura material, aos relatos orais, à lingüística. A renovação do questionário é o motor da evolução da disciplina. Não por capricho dos historiadores, mas porque questões se encadeiam, se polinizam, as curiosidades coletivas se movimentam numa ou noutra direção, etc.

Devemos, contudo, observar que a validade das perguntas também varia; é a corporação que determina seu *status* científico. A válida – sublinhe-se – é aquela que faz avançar a disciplina. Mas o que isso significa – fazer avançar a disciplina ? a verdadeira lacuna, segundo Antoine Prost, não é o objeto suplementar cuja história não foi feita, mas as questões para as quais os historiadores ainda não têm resposta. E como as questões se renovam, há lacunas que se apagam sem terem sido, sequer, preenchidas. Há questões que deixaram de ser feitas antes de serem respondidas. Essa constatação leva a duas conseqüências.

A primeira é que jamais cessamos de escrever história. Os historiadores do século XIX achavam que seu trabalho era definitivo. Isso era um sonho. Toda a história é uma relação com os avanços feitos sobre o seu objeto até o momento presente. Donde resulta que toda a história é, ao mesmo tempo, uma história da história. Isso quer dizer que o trabalho histórico não encontra sua legitimidade diretamente nos documentos: um estudo de

primeira mão, diretamente um cima de documentos, pode não ter qualquer interesse científico se não tem respostas nem questões. Um estudo de segunda mão, a partir de trabalhos anteriores, pode ter grande pertinência se forem feitas questões inovadoras.

Exemplo disso é a biografia histórica. Idolatrada pela história positivista foi abominada pelos *Annales* por sua incapacidade de apreender os conjuntos sociais e econômicos. Entre os anos 50 e 70, a biografia individual e singular foi substituída pela história total. A demanda do público, na Europa, todavia, seguia pedindo biografias. Coleções inteiras conheceram sucesso. Editoras solicitaram aos historiadores trabalhos nesse sentido. O belíssimo *São Luiz*<sup>19</sup>, de Jacques Le Goff, não escapa a esta fórmula e nasce neste contexto. Simultaneamente, a configuração da história mudava. A esperança de uma história sintética e total, permitindo uma compreensão completa da sociedade e de sua evolução, se esvaziava. Tornava-se mais interessante compreender o passado a partir de casos concretos, funcionamento culturais, sociais e religiosos específicos, e nesse contexto a biografia, sobretudo aquela de anônimos, muda de estatuto e encontra legitimidade. Não mais a mesma biografia, nem mais as dos grandes homens. Ela menos busca determinar a influência dos indivíduos sobre os fatos e mais compreender, através deles, a interferência das lógicas e articulações de redes complementares.

Mas, para além do problema e de sua inserção num determinado tempo histórico, não se pode deixar de ver, na definição dos novos campos e das novas questões, os jogos do poder no interior da profissão. Esclareçamos de uma vez por todas: as posições de poder dentro da profissão são aquelas que decidem quais são os questionamentos pertinentes. Revistas temáticas que recebem ou recusam artigos são um desses lugares. Linhas de pesquisa em conhecidos departamentos e notórias faculdades, também. As editoras universitárias ou os postos relevantes dentro de fundações de apoio à pesquisa, igualmente. As tensões que se estendem a diferentes abordagens, a diferentes linhas de pós-graduação ou escolas designam os conflitos sobre os quais se fundam identidades profissionais. Confrontos trazem ganhos e perdas – materiais e simbólicos –, influência nas carreiras e em pontos de prestígio. Logo, a história da história se define, além da ciência e do social, ou seja, dos grupos, de inserção, pelo enraizamento social das questões históricas, ou seja, pela

---

<sup>19</sup> Ver LE GOFF, Jacques. *São Luiz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

demanda social. No Brasil ainda precisamos fazer a reabilitação de camadas inteiras, sem falar em regiões inteiras, que não têm merecido o interesse de nossos colegas.

A historicidade das questões é um fato: Voltaire, com *O Século de Luís XIV*, mais responde ao interesse dos leitores pela transformação dos mores na corte francesa do que por sua curiosidade sobre a vida do rei<sup>20</sup>. Michelet, por sua vez, insere-se no movimento Romântico, que fazia do povo o herói coletivo. Mesmo a escola “metódica”, que almejava a absoluta objetividade destacada das contingências sociais, sofre a contaminação de questões políticas do tempo. Crise econômica e luta de classes, no primeiro quartel do século XX, fazem Ernest Labrousse debruçar-se sobre as origens econômicas da Revolução Francesa<sup>21</sup>. Na atualidade, vemos Jean Delumeau preocupar-se com temas tais quais catolicismo, religião e história, etc<sup>22</sup>. Por fim, até a moda da psicanálise existencial desemboca nos ensaios de ego-história<sup>23</sup>.

Mas além dos fumos do tempo e do lugar, o ofício de “intelectual” coloca em relevo a personalidade de cada um. Não se estuda durante anos sem que o estudo tenha uma significação pessoal. O inconsciente também deve fazer aí a sua parte. Num ensaio notável, Roland Barthes analisa o gosto e a fascinação visível de Michelet por sangue, descrevendo sua obra como uma “rede organizada de obsessões”<sup>24</sup>. Ao debruçar-se sobre a vida e a morte dos homens do passado, o historiador debruça-se sobre a sua própria. O deslocamento de sua curiosidade ao longo do tempo, e da idade, dá a medida de sua identidade. Donde a necessidade de tomada de consciência que se impõe aos engajamentos sociais, políticos e religiosos de cada intelectual. Paixões, acertos de contas e voluntarismos são riscos no trabalho. A história tem, portanto, necessidade de recuo. Mas ele não provém do distanciamento no tempo e não basta desejá-lo para que ele exista. Em história contemporânea isso é tão mais importante quanto fazer a história a partir de documentos e não apenas de lembranças. É preciso quebrar a imediatidade da atualidade e o historiador

---

<sup>20</sup> Terminada em 1739 e publicada em 1751, em Berlim, a obra contou com a colaboração de cortesãos que lhe deram seu depoimento. Ver, também, POMEAU, René. *Voltaire par lui même*. Paris: Armand Collin, 1965.

<sup>21</sup> Ver o seu *La crise de l'économie française à fin de l'Ancien regime*. Labrousse não pertence estritamente a nenhuma escola, preferindo beber em diferentes tradições. Contemporâneo de Braudel, é leitor de Marx e, por meio de estatísticas minuciosas, cria a “história serial”.

<sup>22</sup> Ver seu artigo “Que reste-t-il du paradis?” em MICHAUD, Yves (Dir.). *L'université de tous les savoirs: L'histoire, la sociologie, l'anthropologie*. Paris: Odile Jacob, 2000, p. 185-200.

<sup>23</sup> Ver “Foucault révolutions l'histoire!” em VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1971.

<sup>24</sup> BARTHES, Roland. *Michelet par lui même*. Paris: Seuil, 1954. Ver também “Les moyen age de Michelet” em LE GOFF, Jacques. *Por um autre Moyen Age*. Paris: Gallimard, 1977.

deve buscar mediações entre a história que está fazendo e a própria história. Então, como já disse, o recuo não é distância no tempo, mas distância do objeto. A história cria o recuo. As implicações pessoais não são necessárias apenas para a história do tempo presente, pois, como lembrou Croce, “toda história é contemporânea”: “todo problema autenticamente histórico [ao que Croce opunha a anedota nascida da pura curiosidade] mesmo que diga respeito a um passado longínquo, é também um drama que existe, hoje na consciência do homem: é uma pergunta feita pelo historiador na situação de sua vida, de seu meio e seu tempo”.

O historiador precisa apenas buscar certa racionalidade para elucidar suas implicações com o objeto. Os riscos fora dessa *démarche*, segundo Philippe Boutry<sup>25</sup>, são de uma hipertrofia da relação objeto-historiador: “enquanto o ego do historiador ocupa em senhor absoluto o lugar onde antes havia o fato bruto, enquanto se procura trocar os modelos explicativos por experiências lúdicas, o historiador perde as engrenagens da sua disciplina”. O alerta vai contra a reivindicação, proclamada aos berros por alguns grupos, em favor da subjetividade do historiador e do “eu” no discurso histórico. Fazer história a partir dos textos não é “recopiar o real”. Pelas escolhas e aproximações que faz, o historiador dá um sentido inédito às palavras que ele arranca ao silêncio dos arquivos. A captura da palavra responde à preocupação de reintroduzir existências, singularidades no discurso histórico e desenhar cenas que são também eventos. A presença da citação dentro do texto histórico modificou totalmente seu sentido. Ela não é mais ilustração de uma regularidade, ela indica uma interrupção, uma clivagem, uma diferença, uma singularidade entre o que diz a fonte e o que diz o historiador.

A questão do historiador passa, portanto, pelo subjetivo e pelo objetivo. Profundamente enraizada na personalidade de quem a formula, ela não se formula solidária com documentos onde ela possa encontrar respostas. Inserida nas teorias, às vezes nas modas que atravessam a profissão, a questão preenche, como vimos uma função profissional, uma questão social e uma função pessoal mais íntima.

Em resumo, o problema em história fundamenta a seriedade da disciplina e aporta ao problema recorrente da objetividade na história. A objetividade não pode vir do ponto de vista adotado pelo historiador, pois a situação desse é obrigatoriamente subjetiva. Melhor

---

<sup>25</sup> Citado por PROST, *op. cit.*, p. 220.

do que falar em subjetividade é falar em imparcialidade e verdade; elas só podem ser conquistadas pelo trabalho laborioso do historiador. Elas estão no final do seu trabalho e não no início. O que reforça a importância das regras do método.

*Last, but not least*, seria importante lembrar, neste percurso, o papel dos arquivos. A existência destes que são o fundamento do saber histórico, da memória da nação e da construção do Estado nos adverte para o fato seguinte: o ofício do historiador não se aprende lendo manuais ou livros de história, mesmo se num estágio mais avançado da carreira o historiador se permite escrever sínteses ou livros de vulgarização. O ofício se aprende em contato com documentos, e, no mais das vezes, documentos escritos. A estes o historiador acrescenta testemunhos orais, imagens fixas ou animadas. Não tenho qualquer dúvida sobre a emoção suscitada pela leitura de um velho testamento, a abertura de um processo ou a consulta a uma desgastada coleção de jornais. As folhas adormecidas depois de tanto tempo conservam os restos de muitas vidas, de paixões silenciadas, de conflitos esquecidos, de análises interrompidas, de contas obscuras. Vidas humanas, com suas grandezas e misérias, enterraram metodicamente nestas pastas conservadas, seus segredos<sup>26</sup>.

A primeira lição que a aprendizagem do arquivo dá ao futuro historiador é a de que ele não deve contentar-se com o que os outros escreveram sobre o seu tema de pesquisa. Ele deve “ir ver com seus próprios olhos”, ir às fontes, chegar a uma conclusão pessoal. Ele deve buscar nos papéis respostas para suas questões, garimpando em tal e qual fundo. o arquivo, por seu turno, devolve-lhe o esforço, modificando suas perguntas e problemáticas, enriquecendo suas informações, ajudando-o a definir uma intriga e a definir um cenário.

Guardião da memória e da documentação histórica, pela abundância e variedade de fundos públicos e privados que, ao longo de quilômetros, se colocam à disposição do cidadão, o arquivo dá conta das mudanças ocorridas no Brasil ao longo dos séculos nas instituições, na economia, nas mentalidades e na sociedade. Sem paralelos, essa documentação oferece ao interesse de muitos de nós um infinito de investigações; campo, diga-se, preparado pelo labor de anônimos arquivistas que contribuem para classificar e tornar úteis milhares de impressos e manuscritos.

O afluxo sem precedentes de nova documentação, sobretudo aquela iconográfica ou composta por documentos sonoros e de imagens, deve-se em parte, ao alargamento do

---

<sup>26</sup> Mais uma vez, empresto idéias de Prost, de seu artigo “Les pratiques et les méthodes”, em PROST, Antoine. *L’histoire aujourd’hui*. Paris Sciences Humaines, 1999, p. 385.

campo intelectual da pesquisa histórica. A abertura progressiva desta última aos domínios da vida econômica e social, da etnologia histórica e dos comportamentos individuais ou coletivos reflete-se numa coleta diversificada em benefício de todas as ciências humanas. Não são apenas os “papéis” provenientes de administrações públicas e jurídicas que têm direito aos arquivos. Hoje, arquivos de empresas, além dos privados, suscitam uma fabulosa fome de pesquisa<sup>27</sup>.

Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória, pensar a importância dos arquivos no cotidiano do historiador, são tarefas do ofício. Nunca é demais lembrar que o discurso histórico precisa aderir à matéria documental sem que a utilização das fontes torne as citações inadequadas. “Quem escreve história” – lembra Evaldo Cabral de Mello<sup>28</sup>, um dos nossos maiores historiadores – “sabe que não é problema empregar fontes de maneira expressiva, fazendo delas não uma demonstração de erudição, mas a própria carne e o sangue da obra”. Contra “os que não querem sujar as mãos com papel velho”, Mello contrapõe o ridículo dos demais que preferem “uma página de Althusser para compreender como foi a escravidão em Conceição do Mato Dentro”. Judicioso conselho !

Praia do Flamengo, abril de 2002.

---

<sup>27</sup> Ver *Archives contemporaines et histoire*. Paris: Nationales, 1995.

<sup>28</sup> Ver seu prefácio em MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos Flamengos*.. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.